

# **Tropicália Transmissora de Energia S.A.**

Informações Financeiras Intermediárias  
Referentes ao Período de Três Meses  
Findo em 31 de Março de 2026 e Relatório do  
Auditor Independente sobre a Revisão das  
Informações Financeiras Intermediárias

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Tropicália Transmissora de Energia S.A.

### Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Tropicália Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

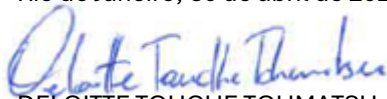
### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

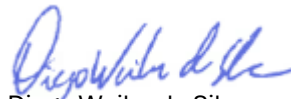
### Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), aplicável à elaboração de informações financeiras intermediárias.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2026



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ



Diego Wailer da Silva  
Contador  
CRC nº 1 RS 074562/O-3

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025  
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	31/03/2026	31/12/2025	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/03/2026	31/12/2025
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e Equivalente de Caixa	3	23	20	Fornecedores	8	637	805
Títulos e Valores Mobiliários	4	16.372	15.455	Debêntures	9	8.914	16.978
Concessionárias e Permissionárias	5	14.863	15.539	Impostos e Contribuições a Recolher		2.997	2.933
Concessão do Serviço Público (Ativo Contratual)	7	104.076	102.944	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio		17.925	18.425
Despesas Antecipadas		171	196	Encargos Setorial		1.991	1.877
Tributos a Recuperar		2.684	1.388	Arrendamento Imobiliário		90	121
Cauções Vinculadas	6	6.261	15.760	Outros Passivos Circulantes		735	1.589
Outros Ativos Circulantes		1.271	960			33.289	42.728
		<u>145.721</u>	<u>152.262</u>				
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Cauções Vinculadas	6	18.954	20.506	Tributos Diferidos	10	192.438	188.229
Depósitos Judiciais		483	481	Debêntures	9	610.089	604.266
Concessão do Serviço Público (Ativo Contratual)	7	949.487	943.973			802.527	792.495
Outros Ativos não Circulantes		30	30	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	11		
Imobilizado		1.967	2.044	Capital social		58.000	58.000
Intangível		59	63	Reserva legal		11.600	11.600
		<u>970.980</u>	<u>967.097</u>	Reserva de lucros a realizar		185.776	197.351
				Reserva de incentivos fiscais		17.185	17.185
				Lucros acumulados		8.324	-
						280.885	284.136
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>1.116.701</u>	<u>1.119.359</u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>1.116.701</u>	<u>1.119.359</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Períodos de três meses findos em	
		31/03/2026	31/03/2025
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	35.240	34.759
Custo de operação e manutenção	13	(2.059)	(1.763)
LUCRO BRUTO		<u>33.181</u>	<u>32.996</u>
Despesas Operacionais	14	(1.757)	(1.391)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>31.424</u>	<u>31.605</u>
RECEITA FINANCEIRA		1.263	971
Despesas Financeira		(16.687)	(19.222)
RESULTADO FINANCEIRO	15	<u>(15.424)</u>	<u>(18.251)</u>
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>16.000</u>	<u>13.354</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO	10.b	(4.176)	(3.186)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>11.824</u>	<u>10.168</u>
RESULTADO POR AÇÃO (R\$)		0,12	0,10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025  
(Em milhares de reais - R\$)

---

	Períodos de três meses findos em	
	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	11.824	10.168
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	<u>11.824</u>	<u>10.168</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025  
(Em milhares de reais - R\$)

		Reserva de lucros					Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva Legal	Reserva de Lucros a realizar	Reserva Especial	Reserva de Incentivos Fiscais		
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	11	58.000	11.600	204.613	-	12.321	-	286.534
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	10.168	10.168
Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-	(4.000)	(4.000)
Pagamento de dividendos		-	-	(11.500)	-	-	-	(11.500)
EM 31 DE MARÇO DE 2025	11	<u>58.000</u>	<u>11.600</u>	<u>193.113</u>	<u>-</u>	<u>12.321</u>	<u>6.168</u>	<u>281.202</u>
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	11	58.000	11.600	197.351	-	17.185	-	284.136
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	11.824	11.824
Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-	(3.500)	(3.500)
Pagamento de dividendos		-	-	(11.575)	-	-	-	(11.575)
EM 31 DE MARÇO DE 2026	11	<u>58.000</u>	<u>11.600</u>	<u>185.776</u>	<u>-</u>	<u>17.185</u>	<u>8.324</u>	<u>280.885</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

TROPICALIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/03/2026	31/03/2025
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro líquido do período		11.824	10.168
Ajustes:			
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	10	4.176	3.186
Depreciação e amortização		58	51
Amortização de arrendamento por direito de uso		22	108
Juros e atualização sobre debêntures	9	16.170	18.687
Amortização do custo de captação de debêntures	9	369	372
Juros sobre arrendamento por direito de uso		1	12
Rendimento de títulos e valores mobiliários	15	(1.306)	(999)
Atualização monetária sobre depósitos judiciais		(2)	(4)
Remuneração do ativo de contrato	12	(29.161)	(29.218)
		<u>2.151</u>	<u>2.363</u>
Variações nos ativos e passivos:			
Concessionárias e permissionárias	5	676	(361)
Ativo de contrato	7	22.515	22.351
Despesas antecipadas		25	41
Imposto de renda retido na fonte		(1.296)	(259)
Outros ativos		(311)	(111)
Fornecedores	8	(168)	47
Impostos e contribuições a recolher		425	365
Imposto de renda e contribuição social pagos		(328)	(133)
Outros passivos		(740)	(567)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>22.949</u>	<u>23.736</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível		(1)	(388)
Aplicação em títulos e valores mobiliários		(84.918)	(78.985)
Resgate em títulos e valores mobiliários		96.359	88.610
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento		<u>11.440</u>	<u>9.237</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Amortização de principal de arrendamento de direito de uso		(31)	(124)
Pagamento de juros sobre as debêntures	9	(15.650)	(15.100)
Amortização de principal das debêntures	9	(3.130)	(2.247)
Pagamento de dividendos	11	(11.575)	(11.500)
Pagamento de juros sobre capital próprio	11	(4.000)	(4.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(34.386)</u>	<u>(32.971)</u>
<b>AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>3</u>	<u>2</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		20	21
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		23	23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2026 e 2025

(Em milhares de reais - R\$)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Tropicália Transmissora de Energia S.A. (“TROPICÁLIA” ou “Companhia”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 15 de abril de 2016.

Em 28 de outubro de 2016, o Consórcio CP II, foi vencedor do Lote 1 da 2ª Etapa do Leilão de Transmissão nº 013/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Com o propósito único e exclusivo de construir, implantar, operar e manter as instalações do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, composto pela Linha de Transmissão de 500 kV entre as Subestações Sapeaçu e Poções III, com 245,1 km de extensão, foi utilizada a SPE Tropicália Transmissora de Energia S.A.

A Linha de Transmissão está integralmente localizada no Estado da Bahia e tem como objetivo atender à expansão do Sistema Interligado Nacional - SIN. A linha atravessa 17 municípios: Sapeaçu, Castro Alves, Conceição do Almeida, Varzedo, São Miguel das Matas, Amargosa, Laje, Jiquiriçá, Ubaíra, Cravolândia, Itaquara, Jaguaquara, Mutuípe, Jequié, Manoel Vitorino, Boa Nova e Poções, todos no sul da Bahia.

A Linha aumentou a capacidade de transmissão de energia da interligação Nordeste-Sudeste, permitindo o adequado escoamento dos atuais e futuros empreendimentos de geração, predominantemente parques eólicos, previstos para serem implantados no Nordeste, mitigando o risco de déficit de energia elétrica da região Sudeste do país.

O Contrato de Concessão nº 01/2017-ANEEL, que regula a concessão do serviço público de transmissão do lote 1 do Edital da 2ª Etapa do Leilão 013/2015 - ANEEL, foi assinado pela Companhia em 10 de fevereiro de 2017 e permanecerá em vigor por 30 anos, ou seja, até fevereiro de 2047.

A concessionária é remunerada pela Receita Anual Permitida (RAP) ofertada no processo licitatório, regulada pelas cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita contratada na data do Leilão (R\$76,7 milhões - base jul./16) será reajustada anualmente pelo IPCA, e sofrerá três revisões, previstas para o 5º, 10º e 15º ano da concessão. Ademais, esta é uma remuneração por disponibilidade, independentemente da quantidade de energia transmitida no período, que passará a ser recebida quando da entrada em operação comercial reconhecida pelo ONS e autorizada pela Aneel.

A Companhia entrou em operação em janeiro de 2021 através do Termo de Liberação Definitivo - TLD emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e por meio da Resolução Homologatória nº 2.725, de 14 de julho de 2020. Em 16 de julho de 2024, foi divulgado pelo órgão regulador a Resolução Homologatória nº 3.348 que estabelecendo as receitas anuais permitidas para o ciclo de 2024-2025 no valor de R\$113.348 (base Julho 2024). Em 15 de julho de 2025, foi divulgado pelo órgão regulador a Resolução Homologatória nº 3.481 estabelecendo as receitas anuais permitidas para o ciclo de 2025-2026 no valor de R\$119.377 (base Julho 2025).

A Receita de remuneração do ativo contrato é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita efetiva que remunera o ativo de contrato é de 8% a.a.

### 1.1. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia (“demonstrações financeiras”) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) em consonância com a lei das S.A. e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 30 de abril de 2026.

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da Companhia relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025, disponíveis no site <https://tropicaliatransmissora.com.br/informacoes-financeiras/>, e por isso devem ser lidas em conjunto.

### 1.2. Novas normas e interpretações não efetivas

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), não trouxeram impactos significativos em relação àquelas divulgados na nota 3.11 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

## 2. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

### 2.1. Fatores de risco financeiro

#### a. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações da Administração da Companhia. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de março de 2026.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações da administração da Companhia e com Instituições Financeiras Brasileiras de reconhecida liquidez.

No que concerne as contas a receber, a RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O ONS delega às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

#### b. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades de implantação do negócio.

## c. Valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de março de 2026 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

- (i) Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, outros ativos e fornecedores.

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

## 2.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

## Instrumentos financeiros por categoria

	31/03/2026	
	Valor contábil	Valor de mercado
<u>Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado</u>		
Títulos e valores mobiliários	16.372	16.372
Caução vinculado	25.215	25.215
	<u>41.587</u>	<u>41.587</u>
	Valor contábil	Valor de mercado
<u>Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	23	23
Contas a receber	14.863	14.863
	<u>14.886</u>	<u>14.886</u>
	Valor contábil	Valor de mercado
<u>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>		
Fornecedores	637	637
Debêntures	619.003	619.003
	<u>619.640</u>	<u>619.640</u>

	31/12/2025	
	Valor contábil	Valor de mercado
<b>Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>		
Títulos e valores mobiliários	15.455	15.455
Caução vinculado	36.266	36.266
	<u>51.721</u>	<u>51.721</u>
<b>Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	20	20
Contas a receber	15.539	15.539
	<u>15.559</u>	<u>15.559</u>
<b>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</b>		
Fornecedores	805	805
Debêntures	621.244	621.244
	<u>622.049</u>	<u>622.049</u>

### 2.3. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários, registrados ao valor justo por meio de resultado e custo amortizado, são classificados como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

#### *Hierarquia do valor justo*

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - “Inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

### 2.4. Análise de sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Companhia, com cenário mais provável (Cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela Administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

31/03/2026					
Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
	Títulos e Valores Mobiliários	16.372	419	558	698
CDI %	Caução vinculado	25.215	645	860	1.075
IPCA %	Debêntures	619.003	8.914	11.885	14.856

31/12/2025					
Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
	Títulos e Valores Mobiliários	15.455	1.661	2.215	2.769
CDI %	Caução vinculado	36.266	3.898	5.198	6.497
IPCA %	Debêntures	621.244	19.849	26.465	33.081

### 3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	31/03/2026	31/12/2025
Caixa	6	6
Banco	17	14
	<u>23</u>	<u>20</u>

### 4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/03/2026	31/12/2025
Certificados de depósitos bancários	15.994	15.455
Debêntures	378	-
	<u>16.372</u>	<u>15.455</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDB e títulos de Dívida-Debêntures realizada com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

### 5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/03/2026	31/12/2025
A vencer	11.842	12.474
Vencido	6.006	6.050
(-) PCLD	(2.985)	(2.985)
	<u>14.863</u>	<u>15.539</u>

Em função do alto giro das concessionárias e permissionárias, não se fazem necessárias ajuste a valor presente.

A constituição da PCLD refere-se aos valores contestados por usuários acerca de cobranças dos montantes de Avisos de Crédito - AVC complementares de rescisão de Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, os quais estão em discussão na esfera administrativa.

#### 6. CAUÇÃO VINCULADO

Referem-se a aplicações financeiras (indexados pelo CDI), requeridas em contrato de emissão de debêntures, com a finalidade de garantia real.

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
<u>Circulante</u>		
Certificados de depósitos bancários	6.261	15.760
	<u>6.261</u>	<u>15.760</u>
<u>Não Circulante</u>		
Certificados de depósitos bancários	18.954	20.506
	<u>18.954</u>	<u>20.506</u>

#### 7. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
<u>Circulante</u>		
Ativo Contratual	104.076	102.944
	<u>104.076</u>	<u>102.944</u>
<u>Não Circulante</u>		
Ativo Contratual	949.487	943.973
	<u>949.487</u>	<u>943.973</u>

Fluxo de recebimento de caixa referente à remuneração dos investimentos de implementação de infraestrutura de transmissão de energia elétrica. Inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

A movimentação dos saldos referente aos ativos contratuais da Companhia está assim apresentada:

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Saldo inicial	1.046.917	1.012.215
Remuneração do ativo de contrato	29.161	126.851
(-) Recebimentos	(22.515)	(92.149)
Saldo final	<u>1.053.563</u>	<u>1.046.917</u>

## 8. FORNECEDORES

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Cotesa	480	464
Emilson	26	26
Instituto Mauá	24	12
Zurich Seguros S.A.	19	1
Arte Rápida Publicidade	15	-
F. Iniciativas	15	-
Fairfax Seguros	-	145
In Forma	-	55
Outros	59	103
	<u>637</u>	<u>805</u>

## 9. DEBÊNTURES

Em julho de 2019 a Companhia assinou um mandato com o Banco Santander do Brasil S.A. para coordenar a emissão de debêntures simples, no valor de R\$407.000, em regime de garantia firme de colocação para captação de recursos no mercado de capitais local, sem cláusula de repactuação e não conversíveis em ações.

Prazo: 24 anos (até agosto de 2043).

Custo: IPCA + 5,0921%.

Carência: 36 meses (até agosto de 2022).

Amortização exigíveis semestralmente após a carência.

Juros apurados semestralmente - 1º Pagamento efetuado em agosto de 2021.

Amortização exigível semestralmente após a carência.

<u>Moeda Nacional</u>	<u>Taxa anual de juros a.a.</u>	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Debêntures	IPCA + 5,0921%	619.003	621.244
Principal		400.967	394.653
Juros		218.036	226.591
Passivo circulante		8.914	16.978
Não circulante		610.089	604.266

O montante registrado em principal e juros tem a seguinte composição:

Debêntures	31/12/2025	Juros	Atualização Monetária	Amortização		Apropriação do custo de captação	31/03/2026
				Principal	Juros		
Debêntures	633.664	2.874	13.296	(3.130)	(15.650)	-	631.054
Custos de captação incorridos e pagos	(12.420)	-	-	-	-	369	(12.051)
<b>Total</b>	<b>621.244</b>	<b>2.874</b>	<b>13.296</b>	<b>(3.130)</b>	<b>(15.650)</b>	<b>369</b>	<b>619.003</b>

Debêntures	31/12/2024	Juros	Atualização Monetária	Amortização		Apropriação do custo de captação	31/03/2025
				Principal	Juros		
Debêntures	612.831	6.962	11.725	(2.247)	(15.100)	-	614.171
Custos de captação incorridos e pagos	(13.162)	-	-	-	-	372	(12.790)
<b>Total</b>	<b>599.669</b>	<b>6.962</b>	<b>11.725</b>	<b>(2.247)</b>	<b>(15.100)</b>	<b>372</b>	<b>601.381</b>

Os vencimentos das parcelas do não circulante são as seguintes:

#### Vencimentos

2027	4.070
2028	4.070
2029	6.105
Após 2030	595.844

#### Garantias concedidas

Fiança Bancária para 100% da dívida até “completion”.

Garantias de Projeto: Ações da SPE + Direitos Creditórios/Emergentes da Concessão.

#### “Covenants” financeiros

Devido a essas debêntures, a Companhia fica obrigada a cumprir o seguinte índice:

O índice de cobertura do serviço da dívida de no mínimo 1,20, calculado com a base no EBITDA nas demonstrações financeiras regulatórias.

Todas as cláusulas restritivas requeridas estão sendo atendidas.

## 10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

## a. Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social Passivos Diferidos

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
<u>Diferido Ativo</u>		
Prejuízos fiscais de imposto de renda	13.996	14.098
Bases negativas de contribuição social	4.263	4.305
	<u>18.259</u>	<u>18.403</u>
<u>Diferido Passivo</u>		
Imposto de Renda diferido	154.924	151.935
Contribuição social diferida	55.773	54.697
	<u>210.697</u>	<u>206.632</u>
 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	 <u>192.438</u>	 <u>188.229</u>

Os impostos diferidos passivos foram constituídos, com base nos lançamentos de composição do ativo contratual da Companhia.

## b. Efeitos no Resultado

	Períodos de três meses findos em	
	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	16.000	13.354
Juros sobre Capital Próprio	(3.500)	(4.000)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social (ajustado)	12.500	9.354
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição às alíquotas da legislação	4.250	3.180
Bônus e gratificações	5	6
Outros	(160)	
 Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	 (127)	 -
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	4.222	-
	<u>4.176</u>	<u>3.186</u>
 Lucro da Exploração	 81	 -
TOTAL	4.176	3.186

(\*) A Companhia localizada na Bahia é titular de empreendimento na área de atuação da SUDENE, ao qual suas atividades pertencem aos setores da economia considerados como prioritário para o desenvolvimento regional, a Companhia usufrui do incentivo de redução de 75% do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica IRPJ e adicionais não restituíveis, na modalidade de implantação, que promove a fruição do benefício fiscal por 10 anos.

A Companhia iniciou o aproveitamento do benefício em 2022, tornando a vigência: 01/01/2022 a 31/12/2031 sobre 100% da capacidade instalada.

## 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro 2025 é de R\$58.000 (cinquenta e oito milhões de reais), representados por 101.000.500 ações ordinárias sem valor nominal.

	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Participação</u>
BTG Pactual Infraestrutura Dividendos		
Fundo de Invest. Particip. Infraestrutura	<u>101.000.500</u>	<u>100%</u>
	<u>101.000.500</u>	<u>100%</u>

### b. Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, quando aplicável, e a parcela destinada a reserva para subvenções de incentivos fiscais, terá a seguinte destinação:

5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.

25% serão distribuídos como dividendo obrigatório.

O saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

### c. Reserva lucros

A reserva de lucros tem a seguinte composição: reserva legal, reserva de incentivos fiscais e reserva de lucros a realizar.

#### c.1) Reserva Legal

A constituição da reserva legal é obrigatória como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Companhia atingiu o percentual de 20% do capital social, conforme determina a Lei 6.404/76, art. 193.

#### c.2) Reserva de Incentivos Fiscais

A reserva de incentivos fiscais é concernente ao incentivo fiscal do imposto de renda sobre o resultado auferido da exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, concedido pela SUDENE. As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada na demonstração do resultado e submetidas à Assembleia Geral para aprovação de sua destinação, considerando as restrições previstas no respectivo laudo constitutivo e na legislação fiscal vigente.

#### c.3) Reserva de Lucros a Realizar

A Reserva de lucros a realizar possui como finalidade reter a parcela do lucro do exercício não realizado em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar aos acionistas.

Concernentes ao pagamento de dividendos da conta de reserva de lucros, foram realizadas as seguintes deliberações:

Reunião do Conselho de Administração de 23 de janeiro de 2026 deliberando a distribuição de dividendos, no montante de R\$ 11.575, liquidado em janeiro de 2026.

d. Dividendos propostos e Juros sobre capital próprio

No exercício de 2025, foi constituído dividendo mínimo obrigatório no valor de R\$ 14.425.

Os juros sobre capital próprio são calculados com base no saldo do patrimônio líquido, limitado à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. O efetivo pagamento ou crédito dos juros sobre capital próprio fica condicionado a existência de lucros (lucro líquido do exercício após a dedução da contribuição social sobre o lucro líquido e antes da dedução da provisão para o imposto de renda), computados antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reservas de lucros em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados.

Em 31 de março de 2026, foram constituídos o total de R\$ 3.500 a título de Juros sobre Capital Próprio e no exercício de 2025 montante de R\$ 16.000.

Concernentes ao pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos propostos, foram realizadas as seguintes deliberações:

Reunião do Conselho de Administração de 31 de dezembro de 2025, deliberando o pagamento de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 4.000, liquidado em janeiro de 2026.

	<u>31/03/2026</u>
Saldo inicial	18.425
Constituição de Juros sobre Capital Próprio	3.500
Transferência da Reserva de Lucros a realizar	11.575
Pagamentos de Dividendos	(11.575)
Pagamentos de Juros sobre Capital Próprio	(4.000)
Saldo em 31 de março de 2026	<u>17.925</u>

12. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Remuneração do ativo de concessão	29.161	29.218
Receita de O&M	6.756	6.706
Outras receitas	2.687	2.281
Total da receita bruta	38.604	38.205
(-) Pis/Cofins	(2.964)	(3.058)
(-) Encargo setorial	(400)	(388)
Total da receita líquida	<u>35.240</u>	<u>34.759</u>

As receitas relativas à infraestrutura de transmissão mensuradas sob o escopo do CPC 47 passaram a ser contabilizadas da seguinte forma:

- Receita de construção da infraestrutura de transmissão: reconhecida considerando uma margem, definida de acordo com as projeções do projeto, sobre o custo de construção.
- Receita de remuneração do ativo de contrato: calculada com base na taxa do projeto sobre o saldo do ativo contratual.
- Receita de operação e manutenção: reconhecida através dos AVCs disponibilizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

- Outras receitas: proveniente de valor não arrecadado na apuração mensal dos serviços e encargos a título de Encargos de Uso dos Sistemas de Transmissão, em função dos descontos incidentes sobre as tarifas de que trata a Resolução Normativa nº 77.

## 13. CUSTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Pessoal	(352)	(279)
Material	(65)	(101)
Serviços de terceiros	(1.473)	(1.235)
Aluguéis	(55)	(61)
Seguros	(35)	(37)
Impostos e taxas	(79)	(50)
	<u>(2.059)</u>	<u>(1.763)</u>

## 14. DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Pessoal	(759)	(749)
Administradores	(102)	(213)
Material	(30)	(46)
Serviços de Terceiros	(751)	(351)
Aluguéis	(7)	(7)
Seguros	(9)	(9)
Tributos	(19)	(5)
Depreciação e Amortização	(80)	(68)
Sinistro Veicular	-	57
	<u>(1.757)</u>	<u>(1.391)</u>

## 15. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(67)	(66)
Juros e Atualização s/Debêntures	(16.538)	(19.059)
Outras despesas financeiras	(82)	(97)
	<u>(16.687)</u>	<u>(19.222)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações	1.306	999
Outras receitas financeiras	19	19
(-) Tributos Receita Financeira	(62)	(47)
	<u>1.263</u>	<u>971</u>
	<u>(15.424)</u>	<u>(18.251)</u>

## 16. MEIO AMBIENTE

A Companhia obteve todas as Licenças Ambientais necessárias para a operação e a implantação do Projeto.

## 17. SEGUROS

Em 31 de março de 2026, a cobertura de seguros era composta de:

Risco	Apólice	Vigência	Importância segurada
Responsabilidade Civil	16.51.0044860.12	25/10/2024 a 25/04/2026	R\$20.000
Riscos Operacionais	046692025100101180003002	30/12/2025 a 30/06/2027	R\$23.230
Veículo	36973054	05/11/2025 a 15/04/2027	100%Fipe
D&O	01109196676	04/10/2024 a 04/04/2026	R\$12.000

## 18. HONORÁRIO DOS ADMINISTRADORES

O total pago, no primeiro trimestre de 2026 referente à remuneração aos diretores e conselheiros da Companhia somaram R\$ 360 em 31 de março de 2026, e em 31 de março 2025 o montante foi de R\$363.

## 19. CONTINGÊNCIAS

A Administração, de acordo com o CPC 25 adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco provável	II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco possível	III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco remoto
São constituídas provisões.	As informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas.	Somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações financeiras.

Em 31 de março de 2026, a Companhia não possui contingências com risco de perda provável.

A Companhia possui as seguintes causas possíveis:

Causas administrativas ambientais perante IBAMA por supostamente deixar de atender as condicionantes específicas da Licença de Instalação da Linha de Transmissão, bem como, da ASV – Autorização de Supressão e Vegetação, que somam o valor de R\$ 1.381.

A Companhia é parte no processo administrativo nº 48500.008208/2025, em trâmite perante a ANEEL, referente à contestação de evento de indisponibilidade associado à aplicação de Parcela Variável por Indisponibilidade (PVI) relacionada à LT 500kV Sapeaçu/Poções III C1, decorrente de atraso de 35 minutos na recomposição ocorrida em 15.08.2023. O evento deu origem à aplicação de PVI no valor de R\$ 987, montante que já foi descontado da RAP da Companhia. Posteriormente, em decorrência do Despacho STD/ANEEL nº 714/2026, de março de 2026, foi determinado o recálculo do período de indisponibilidade pelo ONS e nova apuração que, na data-base, totaliza R\$ 8.507 valor este ainda objeto de discussão administrativa.

---

Rosane Cristina Marques de Souza  
Diretora

Gliciera dos Santos Lima Alcantara  
Contadora  
CRC nº 116761/O-0